

O Visconde de Jequitinhonha: Apontamentos para uma Biografia Política

Eduardo José Santos Borges¹

Em 1860 o futuro escritor Machado de Assis estreava, pela via da imprensa, seu primeiro grande contato com o mundo das letras. Ao lado de companheiros como Bernardo Guimarães do *Jornal do Comércio* e Pedro Luis do *Correio Mercantil* foi designado, pelo *Diário do Rio*, a cobrir o Senado do Império. Na oportunidade, Machado de Assis mergulhara em um novo universo, o da política, e ganhávamos nós, leitores, páginas de prazerosas crônicas políticas.

Em uma destas crônicas, o futuro autor de *Dom Casmurro*, descreveu em detalhes o cotidiano das diversas personalidades políticas que compunham a tradicional casa do Senado brasileiro. Interessa-nos para este artigo a descrição feita de nosso personagem central, o Visconde de Jequitinhonha:

Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara raspada que eu conhecia da litografia de Sisson; pessoalmente nunca o vira. Era muito mais que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da assembléia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outrora. (Assis, 2002, p.42)

Ainda que seja a intenção central deste artigo descrever apenas questões relacionadas com a trajetória de homem público do personagem, faremos uma síntese de sua biografia antes de ingressar na vida pública.

Francisco Gomes Brandão nasceu em Salvador a 23 de março de 1794. Recebeu este nome de batismo de seu pai Manuel Gomes Brandão e de sua mãe Narcisa Teresa de Jesus Barreto. O pai enriqueceu como capitão de um brigue que em fins do século XVIII fazia o tráfico de escravos entre a Bahia e a costa da África. De sua mãe, uma mestiça baiana, pouco se sabe.

Em 1808, cumprindo uma vontade paterna, entra para o Convento de São Francisco buscando seguir a vida sacerdotal. O universo religioso, entretanto, não seria

¹ Professor de História da Uneb e da Faculdade São Bento.

o futuro do jovem Francisco, novos desafios, fora dos muros do convento, ainda estavam a sua espera. Servir ao exército foi uma opção logo descartada pelo pai. Restou os bancos da Escola Médico-Cirúrgica cursando-a por três anos. Em 1816, porém, seguiu para Portugal e de lá só voltaria em 1821 formado em leis na tradicional Faculdade de Direito de Coimbra.

O contexto histórico baiano e brasileiro era dos mais conturbados. Vivia-se a época que antecedeu o movimento de emancipação política brasileira. Os meses iniciais de 1821 foram de conflitos permanentes entre portugueses e brasileiros. A Bahia, que a princípio apoiara o movimento constitucionalista acontecido em Portugal colocou-se na oposição quando este mesmo movimento se mostrou oposto aos seus interesses.

Recém chegado de Portugal, Gomes Brandão adentra o cenário público pela via da imprensa tornando-se redator do *Diário Constitucional* jornal fundado por Francisco José Corte Real. Sobre o papel do Diário Constitucional no movimento de independência da Bahia assim caracterizou Sodré: “*O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o Diário Constitucional. Apareceu com a intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a*”. (Sodré, 1999, p.51) Nas páginas do diário, Gomes Brandão destilou toda sua aspereza diante dos portugueses, travou com letras grandes batalhas e colocou-se como porta-voz dos interesses baianos.

A imprensa foi apenas a porta de entrada de Gomes Brandão na vida política. Agora com o sobrenome - de cunho nacionalista - Montezuma agregado ao seu nome, toma posse, em 18 de fevereiro de 1822, como novo vereador da cidade de Salvador. Na Câmara, Montezuma terá como sempre atuação firme e destacada. Em seção do dia 2 de março de 1822 a Câmara registrou em ata a análise do parecer do vereador Montezuma contra a posse de Madeira de Mello por achar incompleta a respectiva documentação. Conhecedor competente das leis, o vereador argumentou, com perspicácia, que de acordo com o Decreto e carta de lei de 11 de julho de 1821 qualquer decisão a ser cumprida pelas autoridades locais deveria vir assinada pelo Secretario de Estado e no caso da nomeação de Madeira de Mello não havia esta assinatura. Este tipo de atitude, sempre atento aos meandros e brechas do debate político, será a tônica que dará o rumo da vida política de Montezuma.

O ano de 1822, na Bahia, foi embalado por conflitos e mortes. Comandados pelo Brigadeiro Madeira de Mello, as tropas fieis a Portugal empreenderam diversas batalhas, quartéis como o da Palma e da Mouraria e o Forte de São Pedro foram

bombardeados, o Convento da Lapa ocupado pelas freiras Concepcionistas, foi atacado e na oportunidade veio a falecer a Abadessa Sórora Joana Angélica e o capelão do Convento o padre Daniel Nunes Lisboa. Com a vitória momentânea das tropas portuguesas, várias famílias abandonaram Salvador indo para as vilas do Recôncavo como São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro.

Com boa parte da elite baiana presente nas Vilas, estas não tardaram a desempenhar uma participação ativa no movimento. Juntas, as respectivas câmaras locais decidiram pela implantação de um governo geral representativo de toda a Província da Bahia, sendo esta formada por um Conselho com representantes de diversas vilas.

A 6 de setembro de 1822, Montezuma, como representante da Vila de Cachoeira, é eleito Secretário do Conselho. Mais uma vez uma tribuna e uma trincheira se abriam diante de Montezuma. Escolhido como emissário do Conselho junto à Corte do Rio de Janeiro, trava seu primeiro contato com as duas grandes lideranças do novo Brasil que surgia: José Bonifácio e o Imperador D. Pedro I. Esta primeira passagem pela Corte marcaria de forma definitiva a vida de Montezuma, pois além de ter participado como convidado oficial da coroação de D. Pedro I foi condecorado pelo próprio imperador com a recém criada Ordem do Cruzeiro.

Sua estadia na Corte notabilizou-o como publicista político. Em 1822 a imprensa nacional publicou seus seguintes folhetos: *Memória política e histórica da revolução da província da Bahia, principiada a 25 de junho de 1822, na muito heróica Vila de Cachoeira, apresentada a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I e Itinerário da deputação do conselho interino do governo da província da Bahia à sua Majestade Imperial o muito alto e poderoso senhor D. Pedro I.*

Os primeiros meses do ano de 1823 foram extremamente conturbados na Bahia. Ao retornar da Corte, Montezuma encontra um ambiente conflituoso cujo ponto mais sensível foi a divergência entre o comandante do exército independente o General francês Pedro Labatut e os membros do governo interino. As discordâncias se davam principalmente no âmbito da condução do movimento e mais uma vez Montezuma é enviado a Corte a fim de relatar a situação ao imperador.

Esta viagem, com duração de 74 dias, se mostrou bastante penosa para o viajante. O longo tempo de duração foi o suficiente para que transformações ocorressem no interior da província baiana. Pedro Labatut foi substituído do comando das tropas pelos próprios baianos e meses depois as tropas portuguesas de Madeira de Mello

deixavam em definitivo o solo baiano. Montezuma recebe todas estas notícias ainda na Corte, logo ele, que tanto lutou por este desfecho, está longe de sua terra quando esta se torna definitivamente parte de um novo país que nascia.

Com a independência devidamente proclamada e o Brasil com um imperador aclamado Francisco Gomes Brandão Montezuma, em um arroubo nativista, passa a denominar-se Francisco Gê Acaiaba de Montezuma denominações de inspiração ameríndia.

Eleito deputado pela Bahia à Assembléia Geral Constituinte a voz de Montezuma terá agora uma repercussão ampliada. Naquele momento iniciava-se a carreira de um dos mais competentes homens públicos da história política do Brasil. Apesar da idade, que o colocava entre os mais jovens da casa, Montezuma demonstrou sempre bastante independência de pensamento em relação às diversas matérias colocadas em votação. Aliado dos Andradas, com eles nem sempre concordou. Mello assim definiu o perfil de relação entre os pares:

Os primeiros trabalhos da assembléia foram tranquilos e pacíficos. Cada deputado seguia suas inspirações e suas luzes. Não havia maioria arregimentada, nem oposição constituída, nem grupos. Em matérias importantes via-se Antonio Carlos opondo-se ao parecer de José Bonifácio, de Martins Francisco, de Montezuma, com os quais alias votava outras vezes. (Mello, 1996, p.6)

Ao lado de Silva Lisboa, foi um dos destaques da bancada baiana. Demonstrando sempre vasto conhecimento geral suas posições foram sempre firmes e embasadas nas diversas matérias. As atas da Constituinte nos favorecem traçar o perfil do jovem parlamentar baiano. Na sessão de 25 de outubro de 1823 a ordem do dia destacava o projeto de criação de Universidades no Brasil, o debate foi bastante acalorado e Montezuma, após um longo discurso a conclusão levou-o a defender a Bahia como o melhor lugar para implantação de uma Universidade por ser, segundo ele, “*a Província mais culta do Império*”. Neste mesmo discurso, Montezuma, em um claro exemplo de quem pensava o Brasil para o futuro registra a seguinte ressalva: “*Em segundo lugar mostrei, que não estávamos ainda em estado de decretar Universidades, porque era preciso à Nação preparar-se com os estudos menores, para poder tirar frutos dos estudos da Universidade*”.

Em debate em torno de artigos vinculados à questão religiosa, Montezuma demonstrou mais uma vez sua completa independência de pensamento: *“A liberdade Religiosa consiste no exercício pleno do que me dita o coração, referindo-me a Deus; sendo assim, é evidentíssimo que posso prestar-lhe o culto, que eu entender que lhe será mais agradável”*. Um dos mais polêmicos e profundos debates ocorridos na constituinte foi o que teve como tema a questão da organização federativa do Império do Brasil. Os parlamentares se alternaram na tribuna defendendo cada um sua concepção de Brasil. No caso de Montezuma, suas falas alternavam entre certa ironia em relação aos argumentos dos pares e o desfile de citações como dos pensadores franceses Duhamel e Sieyes.

O fechamento da Assembléia Constituinte por parte de D. Pedro I encerrou uma primeira etapa da vida pública de Montezuma. A participação do representante baiano na fatídica sessão do dia 11 de outubro de 1823 foi como sempre ensejada de contundentes argumentos. Sua fala, esclarecendo um episódio relacionado com o Ministro do Império, foi a última registrada pelo taquígrafo da casa.

O fechamento da Assembléia Constituinte, como é sabido de todos os brasileiros, teve desdobramentos marcantes na vida de parte dos deputados envolvidos com o episódio. Como em todos os históricos momentos de recrudescimento político aos dissidentes cabe a “oferta” do exílio. Montezuma, juntamente com outros ex-deputados, entre eles os irmãos Andradas seguem rumo a França para uma forçada temporada de quase 8 anos.

Ao retornar ao Brasil o destino político de Montezuma já havia sido traçado pelos baianos, que o elegeram suplente de Deputado para a legislatura iniciada em 1831. Mais uma vez o parlamento se constitui em sua trincheira política. Politicamente o Brasil vivia a fase da Regência, e o deputado Montezuma não poupou críticas àqueles que a assumiram. Seus pronunciamentos o colocaram contrario ao tráfico de escravos iniciando o debate abolicionista.

Apesar de ter combatido fortemente Diogo Feijó quando este era ministro, soube contemporizar com o mesmo por ocasião de sua regência una. O padre regente reconhece a postura de Montezuma e o nomeia Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, neste cargo usa de sua diplomacia para contornar questões de limites territoriais com o Uruguai.

Demonstrando sempre uma postura independente dentro do jogo político da época, apesar de ficar fora da terceira legislatura, voltou à cena como um dos mais

entusiastas membros da campanha pela maioria de D. Pedro. Ao assumir o segundo imperador do Brasil o presenteia com a nomeação ao cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil na Inglaterra. Apesar do pouco tempo no cargo, menos de um ano, ajuda o Brasil a debater com a Inglaterra a questão do tráfico de africanos.

Apesar de periférico à abordagem central deste artigo, Montezuma terá sempre em paralelo à sua vida política uma atuação como advogado. A capacidade de convencimento e o poder argumentativo estarão sempre a serviço do discurso do exímio orador. Não por acaso, lidera entre os bacharéis de sua época, a fundação de um órgão que efetivamente servisse como representante legítimo dos interesses da categoria. Em 1843 é fundado o Instituto dos Advogados do Brasil, gênese da atual Ordem dos Advogados do Brasil, e Montezuma seria seu primeiro presidente.

Em 1850, aos 56 anos, já havia nosso personagem construído uma biografia invejável. Durante quase trinta anos, marcou com sua presença, os bastidores dos mais importantes momentos da vida política brasileira. A vida, porém, ainda reservava a este senhor de meia idade fortes emoções que se configuraram no exercício dos cargos de Conselheiro de Estado e Senador e o título, concedido por D. Pedro II, de Visconde de Jequitinhonha.

Em sua passagem pelo Senado resgatou o tema da escravidão, sobre isto assim Vianna descreveu:

Em 1865 apresentou Jequitinhonha, no Senado, vários projetos para a extinção gradual da escravidão no Brasil; um deles determinava a abolição do cativeiro dentro de dez anos para os escravos maiores de 25 anos de idade, ao fim de quinze anos para os demais. A Guerra do Paraguai então vigente, impediria a passagem dessas proposições generosas. (Vianna, 1968, p. 104).

Como Conselheiro de Sua Alteza Imperial ajudou a debater o Brasil que se consolidava enquanto Estado nacional no decorrer da segunda metade do século XIX.

A 15 de fevereiro de 1870 chegava ao fim a vida de um homem controverso e polêmico, não sem antes também ser contundente e brilhante. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil contribuiu diretamente na construção de um pensar brasileiro. De Vereador a Senador deixou como legado o exercício de se fazer debate político com idéias e ações. Longe de ser uma unanimidade, amealhou adversários, mas construiu sua própria coerência a partir de seus próprios erros e

acertos. Francisco Gomes Brandão Montezuma, cidadão brasileiro, um dos construtores do Brasil.

Referências:

- Mello, F. I. Marcondes Homem de. A Constituinte Perante a História. Brasília: Senado Federal, 1996.
- Sodré, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- Tavares, Luis Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo: Ática, 1987.
- Vianna, Helio. Vultos do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Documentos:

- Documentos da Municipalidade de Salvador relacionado com a Independência do Brasil 1821-1823. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972.
- Diários da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 - Tomo III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.